



Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 com Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Demonstrações financeiras auditadas

31 de dezembro de 2011

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstração dos superávits.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio social.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros da

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP. ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalvas

Conforme descrito na Nota 8, a Entidade pagou antecipadamente aproximadamente R\$ 19.861 mil pela aquisição de serviços de telecomunicações por um período de 10 anos, iniciados em agosto 2010. Nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 os serviços pagos antecipadamente foram integralmente lançados como despesa na demonstração do déficit, que naquele exercício ficou super-

avaliado em R\$ 19.034 mil. No processo de elaboração das demonstrações financeiras do exercício de 2011 a Administração observou tal erro e efetuou os ajustes que considerou necessários na rubrica ajustes de exercícios anteriores, no patrimônio líquido. Os ajustes apurados e registrados diretamente no patrimônio líquido deveriam ter sido efetuados através do refazimento das demonstrações financeiras do exercício de 2010, nos termos requeridos pelo Pronunciamento Técnico 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Tal fato não produz efeito na posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2011.

Conforme descrito na Nota 14, a Entidade registrou provisões referentes a passivos trabalhistas no montante de R\$ 12.942 mil. Esta provisão inclui eventos decorrentes de fatos geradores observados em 2011 e em exercícios anteriores. A Administração não determinou o montante exato relacionado ao exercício de 2011 e aos períodos anteriores e registrou a integralidade desta provisão na demonstração do déficit do exercício. A parcela relacionada a fatos geradores observados em períodos anteriores deveria ter sido registrada através do refazimento das demonstrações financeiras do último período apresentado, nos termos requeridos pelo Pronunciamento Técnico 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Consequentemente o déficit do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está superavaliado pelo montante relacionado aos fatos geradores anteriores a 2011, o qual não foi apurado pela Administração e sobre o qual não pudemos concluir. Tal fato não produz efeito na posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2011.

Opinião com ressalvas

Em nossa opinião, exceto pelo efeito dos assuntos descritos nos parágrafos base para opinião com ressalvas, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação datado em 7 de fevereiro de 2011. O relatório dos auditores predecessores continha parágrafo adicional sobre a continuidade das operações da Entidade em virtude de sua dependência econômica e financeira do repasse de recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI nos termos do Contrato de Gestão.

Continuidade das operações

Como descrito na Nota 1 os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e estão atrelados ao Contrato de Gestão firmado originalmente em 16 de janeiro de 2007 com vigência de 4 anos, o qual foi renovado em 22 de dezembro de 2010 com vigência de 6 anos adicionais. Consequentemente a Entidade depende do recebimento desses recursos pelo MCTI para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Valores expressos em reais)

	2011	2010	2011	2010
Ativo				
Circulante				
Caixa	135	5.552		
Depósito bancário à vista (Nota 3)	1.723	8.909.076		
Aplicações financeiras (Nota 4)	99.796.831	36.903.476		
Cientes a receber (Nota 5)	694.619	113.511		
Adiantamentos a terceiros (Nota 6)	505.890	558.442		
Crédito de funcionários	290.132	69.043		
Despesas pagas antecipadamente (Nota 7)	2.295.501	316.250		
Impostos e contribuições a recuperar	94.950	79.184		
Total do circulante	103.679.781	46.954.534		
Não circulante				
Despesas antecipadas (Nota 8)	15.316.804			
	15.316.804			
Imobilizado (Nota 9)	27.939.929	29.582.763		
Intangível (Nota 10)	1.904.679	1.971.819		
	29.844.608	31.554.582		
Total do não circulante	45.161.412	31.554.582		
Total do ativo	148.841.193	78.509.116		
Passivo				
Circulante				
Fornecedores (Nota 11)	3.985.953	39.305.781		
Obrigações fiscais (Nota 12)	473.167	382.334		
Obrigações sociais (Nota 13)	567.756	483.856		
Provisões trabalhistas (Nota 14)	2.430.593	1.012.254		
Obrigações em circulação (Nota 15)	106.092.756	14.711.552		
Outras contas a pagar	57.194	49.642		
Total do circulante	113.607.419	55.945.419		
Não circulante				
Provisão para contingências (Nota 16)	13.366.411	916.662		
Fornecedores		4.668.229		
Total do não circulante	13.366.411	5.584.891		
Patrimônio social				
Patrimônio social	2.317.506	2.317.506		
Superávit acumulado	19.549.857	14.661.300		
	21.867.363	16.978.806		
Total do passivo e patrimônio social	148.841.193	78.509.116		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

continuação...

	Demonstração dos superávits	
	Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Valores expressos em reais)	
	2011	2010
Receita do contrato de gestão	73.568.432	50.306.835
Receitas de prestação de serviços	1.012.526	524.077
Receita de convênios (Nota 17)	14.309.895	10.528.065
Receita	88.890.853	61.358.977
(Despesas)/receitas operacionais		
Despesas com pessoal	(22.412.947)	(12.875.694)
Provisão de férias e 13º salário	(2.187.240)	(842.121)
Despesas gerais e administrativas (Nota 18)	(62.308.142)	(135.619.007)
Despesas tributárias	(371.971)	(825.799)
Despesas financeiras	(1.784.197)	(1.215.940)
Receitas financeiras	9.158.899	6.981.408
Despesas com contingências	(12.449.749)	(916.662)
Depreciação e amortização	(11.114.280)	(7.682.248)
Outras receitas não operacionais	433.325	31.545
Déficit do exercício	(14.145.449)	(91.605.542)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Demonstração dos fluxos de caixa	
	Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Valores expressos em reais)	
	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(14.145.449)	(91.605.542)
Ajuste para reconciliar o superávit do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais	10.584.308	7.672.665
Depreciação e amortização	-	9.584
Valor residual do imobilizado baixado	12.449.749	-
Provisão para contingências	18.416	-
Provisão para devedores duvidosos	8.907.024	(83.923.293)
Aumento (redução) nos ativos operacionais	52.552	1.880.909
Varição em adiantamentos a terceiros	(599.524)	1.549.018
Varição em cliente a receber	(248.207)	(28.476)
Varição em despesas pagas antecipadamente	(221.089)	78.587
Varição em crédito de funcionários	(15.766)	(30.363)
Varição em tributos e contribuições a recuperar	(1.032.034,00)	3.449.675
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(39.988,057)	42.381.370
Varição em fornecedores	90.833	84.541
Varição em obrigações fiscais	-	(7.811)
Varição em obrigações trabalhistas	83.900	117.082
Varição em obrigações sociais	1.418.339	238.680
Varição em provisões trabalhistas	7.552	4.521
Varição em contas a pagar	91.381.204	(6.348.840)
Varição em obrigações em circulação	-	916.662
Varição em provisão para contingências	52.993.771	37.386.205
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	60.868.761	(43.087.413)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado e intangível, líquidas	(6.888.176)	(15.767.632)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(6.888.176)	(15.767.632)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	38.830
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		
Aumento líquido de caixa e equivalente caixa	53.980.585	(58.855.045)
Disponibilidades		
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	45.818.104	104.634.319
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	99.798.689	45.818.104
Aumento líquido de caixa e equivalente caixa	53.980.585	(58.816.215)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio social			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Valores expressos em reais)			
	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Em 1 de janeiro de 2010	2.278.676	106.266.842	108.545.518
Integralização de capital	38.830	-	38.830
Déficit do exercício	-	(91.605.542)	(91.605.542)
Em 31 de dezembro de 2010	2.317.506	14.661.300	16.978.806
Ajuste de exercício anterior (Nota 8)	-	19.034.006	19.034.006
Déficit do exercício	-	(14.145.449)	(14.145.449)
Em 31 de dezembro de 2011	2.317.506	19.549.857	21.867.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e de 2010

(Em reais)

1. Informações sobre a entidade

A Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), localizada na Avenida Lauro Muller 116 - 1103, Rio de Janeiro, RJ foi qualificada como organização social por meio do Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002. Tem como finalidade o desenvolvimento tecnológico da área de redes e suas aplicações, com o foco orientado para o suporte às atividades de ensino, notadamente, na educação superior e na pesquisa. Para isso, se constitui como a infraestrutura de rede de comunicação e computação para suporte à pesquisa brasileira, uma vez que propicia a integração de todo o sistema de pesquisa e ensino superior por meio de uma rede de alta capacidade, rica de serviços e aplicações. Por meio dessa rede nacional, ou backbone, chamada Rede Ipê, também são realizadas pesquisas para o desenvolvimento e teste de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Essas tecnologias constituem a base da nova sociedade do conhecimento; seu domínio e uso são essenciais para o desenvolvimento do País. Nesse sentido, a própria rede se constitui como um laboratório nacional na qual os experimentos de TIC são realizados, permitindo que seus resultados possam beneficiar mais rapidamente os clientes.

As atividades desenvolvidas pela RNP estão atreladas a metas e prazos descritos no Contrato de Gestão, firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Associação, assinado originalmente em 26 de março de 2002 com vigência inicial de 5 anos. O mesmo foi renovado em 16 de janeiro de 2007, com prazo de vigência de 4 anos e, por fim, foi estabelecido novo contrato com início em 22 de dezembro de 2010 e vigência de 6 anos adicionais. A RNP depende do recebimento de repasse de recursos do MCTI para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. Em virtude da natureza das operações da Organização, da vigência do Contrato de Gestão e da conformidade com os termos deste novo contrato a Administração da RNP entende que os recursos previstos e necessários serão disponibilizados à Organização na forma esperada.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da RNP são de responsabilidade de sua Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que englobam os pronunciamentos técnicos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da RNP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram autorizadas para emissão por sua Diretoria Executiva em 8 de fevereiro de 2012.

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem: caixa, saldos em conta movimento e aplicações financeiras com vencimentos no prazo de três meses ou menos, a contar da data da contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, classificadas na categoria de ativos financeiros avaliados ao valor justo com contrapartida no resultado. Esses investimentos são marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

b) Apuração do superávit

O resultado é apurado pelo regime de competência.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos sejam gerados para a RNP e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida.

c) Provisão para devedores duvidosos

É constituída com base em análise pela Administração da carteira conjugada, conjugada com a experiência operacional e a conjuntura econômica.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação**d) Imobilizado**

Está registrado ao custo, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação de bens do imobilizado, é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 9, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens. A Administração da RNP não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado, conforme previsto no CPC 01.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso ou a sua venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado

continua...



continuação...

como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

e) Intangível

Ativos Intangíveis refletem os custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas para redução do valor recuperável, quando aplicável. O ativo intangível é composto por software, que é amortizado à vida útil econômica esperada.

f) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

g) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a RNP tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A RNP é parte em diversos processos judiciais e administrativos; portanto, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e nas suas notas explicativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e intangível, provisão para contingências e recuperabilidade dos ativos. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A RNP revisa suas estimativas e premissas anualmente.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

i) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Organização se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro seja gerado em favor da RNP e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Organização possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Tributação

A RNP é uma associação civil sem fins lucrativos constituída nos termos da Lei 9.637/98 e tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico e de pesquisa, motivo pelo qual lhe é conferida a imunidade tributária.

l) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. Depósitos bancários à vista

	2011	2010
Banco do Brasil S.A. - 70000	-	8.720.800
Banco do Brasil S.A. - 27000	25	12.191
Banco do Brasil S.A. - 37000	3	580
Banco do Brasil S.A. - 17000	-	40.725
Banco do Brasil S.A. - 57000	-	14.384
Banco do Brasil S.A. - 67000	-	11.575
Banco do Brasil S.A. - 673005	-	10.352
Banco do Brasil S.A. - 12294	-	3.765
Banco do Brasil S.A. - 672009	-	3.973
Banco do Brasil S.A. - 702005	1.658	-
Banco do Brasil S.A. - 674001	25	9.675
Banco do Brasil S.A. - 675001	3	9.657
Banco do Brasil S.A. - 571008	3	9.324

Banco do Brasil S.A. - 572004	3	5.182
Banco do Brasil S.A. - 573000	-	27.730
Banco do Brasil S.A. - 271004	3	5.412
Banco do Brasil S.A. - 273007	-	23.751
	1.723	8.909.076

No ano de 2011, iniciou-se a aplicação automática dos saldos em conta corrente (BB Renda Fixa LP 100), no intuito de não deixar nenhum valor sem correção; logo, os montantes que antes ficavam em conta para pagamento das obrigações diárias passaram a ser alocados em aplicações financeiras.

4. Aplicações financeiras

	2011	2010
Renda fixa - FIX	84.991.435	17.451.485
Renda fixa - DI	13.423.829	16.005.210
Fundo cambial	998.770	3.090.589
Poupança	382.797	356.192
	99.796.831	36.903.476

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos, que não supera o seu valor de realização. O montante de R\$ 998.770 aplicados em fundo cambial serve para suportar as operações financeiras de eventuais contratos em moedas estrangeiras.

4. Aplicações financeiras--Continuação

O aumento dos recursos aplicados no exercício de 2011 se deve ao fato de que no ano de 2010 foi repassado o total de R\$ 50.306.835, segregados em R\$ 40.365.514 no período de janeiro a agosto e R\$ 9.941.321 em dezembro/2010. No ano de 2011 tivemos um montante global repassado de R\$ 171.939.844.

5. Contas a receber

	2011	2010
Duplicatas a receber	778.035	178.511
Provisão para devedores duvidosos (PDD)	(83.416)	(65.000)
	694.619	113.511

A movimentação da provisão para devedores duvidosos durante o exercício findo em 31 de dezembro de

2011 foi como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	(65.000)
(+) Complemento PDD	(22.768)
(-) Baixas ocorridas	4.352
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(83.416)

6. Adiantamentos a terceiros

	2011	2010
Adiantamentos diversos	2.437	2.437
Adiantamento a fornecedores	319.978	312.956
Adiantamento de viagens	183.475	229.327
Importação em andamento	-	13.722
	505.890	558.442

7. Despesas pagas antecipadamente (circulante)

	2011	2010
Adiantamentos diversos	309.344	-
Adiantamento a fornecedores	1.986.157	316.250
	2.295.501	316.250

8. Despesas antecipadas (não circulante)

	2011	2010
Adiantamentos diversos	255.112	-
Adiantamento a fornecedores	15.061.691	-
	15.316.804	-

Em julho de 2010, celebramos junto a OI, um convênio para desenvolvimento de tecnologias em aplicação de rede. Nos termos deste convênio, a RNP pagou à OI o montante de R\$ 19.861.571 e, em contrapartida, recebeu o direito de uso de capacidade e infraestrutura a ser provido pela OI nos postos de presença da RNP pelos próximos 10 anos. No exercício findo de 31/12/2010, a totalidade do valor pago à OI foi lançada no resultado, aumentando o déficit apurado naquele ano.

Em 2011, a Administração revisou estes contratos e, dada a natureza, observou que o registro efetuado em 2010 estava incorreto, uma vez que a despesa pelos serviços prestados pela OI foram pagas antecipadamente e tratam-se de um direito da Entidade a ser apropriado ao resultado à medida em que as capacidades e a estrutura venham sendo utilizadas.

Face ao acima exposto, a Administração efetuou o ajuste de R\$ 19.034.006 referente às despesas a serem incorridas a partir de 1º de janeiro de 2011 até o término do contrato.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a despesa apropriada ao resultado foi de R\$ 1.986.157.

9. Imobilizado

	Anuais de depreciação	Residual dez/2010	Aquisições	Baixas	Depreciação anual	Residual dez/2011
Equipamentos de computação	20%	23.341.425	3.950.584 (504.856)	(6.991.393)	19.795.760	
Máquinas e equipamentos	10%	900.116	897.729 (16.170)	(192.054)	1.589.622	
Beneficentarias em propriedade de terceiros	10%	1.286.626	-	(253.984)	1.032.641	
Móveis e utensílios	10%	4.036.398	328.137 (9.048)	(562.588)	3.792.898	
Instalações	10%	18.197	-	(10.869)	7.328	
Provisão Perda Ativo Imobilizado	0%	-	(187.581)	-	(187.581)	
Importação em Andamento	0%	-	1.909.261	-	1.909.261	
		29.582.763	7.085.710 (717.655)	(8.010.889)	27.939.929	

continua...



continuação...

como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

e) Intangível

Ativos Intangíveis refletem os custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas para redução do valor recuperável, quando aplicável. O ativo intangível é composto por software, que é amortizado à vida útil econômica esperada.

f) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

g) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a RNP tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A RNP é parte em diversos processos judiciais e administrativos; portanto, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e nas suas notas explicativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e intangível, provisão para contingências e recuperabilidade dos ativos. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A RNP revisa suas estimativas e premissas anualmente.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

i) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Organização se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro seja gerado em favor da RNP e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Organização possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Tributação

A RNP é uma associação civil sem fins lucrativos constituída nos termos da Lei 9.637/98 e tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico e de pesquisa, motivo pelo qual lhe é conferida a imunidade tributária.

l) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. Depósitos bancários à vista

	2011	2010
Banco do Brasil S.A. - 70000	-	8.720.800
Banco do Brasil S.A. - 27000	25	12.191
Banco do Brasil S.A. - 37000	3	580
Banco do Brasil S.A. - 17000	-	40.725
Banco do Brasil S.A. - 57000	-	14.384
Banco do Brasil S.A. - 67000	-	11.575
Banco do Brasil S.A. - 673005	-	10.352
Banco do Brasil S.A. - 12294	-	3.765
Banco do Brasil S.A. - 672009	-	3.973
Banco do Brasil S.A. - 702005	1.658	-
Banco do Brasil S.A. - 674001	25	9.675
Banco do Brasil S.A. - 675001	3	9.657
Banco do Brasil S.A. - 571008	3	9.324

Banco do Brasil S.A. - 572004	3	5.182
Banco do Brasil S.A. - 573000	-	27.730
Banco do Brasil S.A. - 271004	3	5.412
Banco do Brasil S.A. - 273007	-	23.751
	1.723	8.909.076

No ano de 2011, iniciou-se a aplicação automática dos saldos em conta corrente (BB Renda Fixa LP 100), no intuito de não deixar nenhum valor sem correção; logo, os montantes que antes ficavam em conta para pagamento das obrigações diárias passaram a ser alocados em aplicações financeiras.

4. Aplicações financeiras

	2011	2010
Renda fixa - FIX	84.991.435	17.451.485
Renda fixa - DI	13.423.829	16.005.210
Fundo cambial	998.770	3.090.589
Poupança	382.797	356.192
	99.796.831	36.903.476

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos, que não supera o seu valor de realização. O montante de R\$ 998.770 aplicados em fundo cambial serve para suportar as operações financeiras de eventuais contratos em moedas estrangeiras.

4. Aplicações financeiras--Continuação

O aumento dos recursos aplicados no exercício de 2011 se deve ao fato de que no ano de 2010 foi repassado o total de R\$ 50.306.835, segregados em R\$ 40.365.514 no período de janeiro a agosto e R\$ 9.941.321 em dezembro/2010. No ano de 2011 tivemos um montante global repassado de R\$ 171.939.844.

5. Contas a receber

	2011	2010
Duplicatas a receber	778.035	178.511
Provisão para devedores duvidosos (PDD)	(83.416)	(65.000)
	694.619	113.511

A movimentação da provisão para devedores duvidosos durante o exercício findo em 31 de dezembro de

2011 foi como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	(65.000)
(+) Complemento PDD	(22.768)
(-) Baixas ocorridas	4.352
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(83.416)

6. Adiantamentos a terceiros

	2011	2010
Adiantamentos diversos	2.437	2.437
Adiantamento a fornecedores	319.978	312.956
Adiantamento de viagens	183.475	229.327
Importação em andamento	-	13.722
	505.890	558.442

7. Despesas pagas antecipadamente (circulante)

	2011	2010
Adiantamentos diversos	309.344	-
Adiantamento a fornecedores	1.986.157	316.250
	2.295.501	316.250

8. Despesas antecipadas (não circulante)

	2011	2010
Adiantamentos diversos	255.112	-
Adiantamento a fornecedores	15.061.691	-
	15.316.804	-

Em julho de 2010, celebramos junto a OI, um convênio para desenvolvimento de tecnologias em aplicação de rede. Nos termos deste convênio, a RNP pagou à OI o montante de R\$ 19.861.571 e, em contrapartida, recebeu o direito de uso de capacidade e infraestrutura a ser provido pela OI nos postos de presença da RNP pelos próximos 10 anos. No exercício findo de 31/12/2010, a totalidade do valor pago à OI foi lançada no resultado, aumentando o déficit apurado naquele ano.

Em 2011, a Administração revisou estes contratos e, dada a natureza, observou que o registro efetuado em 2010 estava incorreto, uma vez que a despesa pelos serviços prestados pela OI foram pagas antecipadamente e tratam-se de um direito da Entidade a ser apropriado ao resultado à medida em que as capacidades e a estrutura venham sendo utilizadas.

Face ao acima exposto, a Administração efetuou o ajuste de R\$ 19.034.006 referente às despesas a serem incorridas a partir de 1º de janeiro de 2011 até o término do contrato.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a despesa apropriada ao resultado foi de R\$ 1.986.157.

9. Imobilizado

	Anuais de depreciação	Residual dez/2010	Aquisições	Baixas	Depreciação anual	Residual dez/2011
Equipamentos de computação	20%	23.341.425	3.950.584 (504.856)	(6.991.393)	19.795.760	
Máquinas e equipamentos	10%	900.116	897.729 (16.170)	(192.054)	1.589.622	
Beneficentias em propriedade de terceiros	10%	1.286.626	-	(253.984)	1.032.641	
Móveis e utensílios	10%	4.036.398	328.137 (9.048)	(562.588)	3.792.898	
Instalações	10%	18.197	-	(10.869)	7.328	
Provisão Perda Ativo Imobilizado	0%	-	(187.581)	-	(187.581)	
Importação em Andamento	0%	-	1.909.261	-	1.909.261	
		29.582.763	7.085.710 (717.655)	(8.010.889)	27.939.929	

continua...

continuação...

10. Intangível

	Anuais de depreciação	Residual dez/2010	Aquisições	Baixas	Depreciação anual	Residual dez/2011
Sistema aplicativo software	20%	1.971.819	520.121	-	(587.261)	1.904.679
		<u>1.971.819</u>	<u>520.121</u>	<u>-</u>	<u>(587.261)</u>	<u>1.904.679</u>

A amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 587.261 (R\$ 485.509 em 2010) e está registrada no resultado do exercício.

11. Fornecedores

Refere-se a obrigações de curto e longo prazo com diversos fornecedores de bens e serviços - pessoas físicas e jurídicas, referentes a gastos destinados à manutenção operacional e administrativa realizada no ciclo operacional da Organização, que nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2011 e 2010 apresentavam, respectivamente, os saldos de R\$ 3.985.953 e R\$ 39.305.781.

12. Obrigações fiscais

Refere-se basicamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte de pessoas físicas e jurídicas, nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2011 e 2010 que apresentaram, respectivamente, os saldos de R\$ 473.167 e R\$ 382.334.

13. Obrigações sociais

	2011	2010
INSS	426.552	385.026
FGTS	122.642	85.902
PIS	18.562	12.928
	<u>567.756</u>	<u>483.856</u>

14. Provisões trabalhistas

	2011	2010
Férias	1.832.447	763.148
INSS sobre férias	451.551	188.054
FGTS sobre férias	146.595	61.052
	<u>2.430.593</u>	<u>1.012.254</u>

15. Obrigações em circulação

	2011	2010
Contrato de Gestão - MCT	98.371.412	-
Finep - Redecomep	5.577.856	10.909.348
Finep - Rute	1.324.936	3.076.689
Finep - Ticampi	803.754	712.130
Finep - Giga	14.798	13.385
	<u>106.092.756</u>	<u>14.711.552</u>

O Contrato de Gestão da RNP é o instrumento pelo qual o contratante, ou seja, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), faz os repasses de recursos para o atendimento ao plano de trabalho da RNP.

As entradas dos recursos do Contrato de Gestão são registradas na conta de Obrigação em Circulação, tendo em vista a verdadeira realização das receitas ocorrer no momento de realização dos projetos e não no momento de entrada no caixa da Organização. À medida em que os projetos correlatos são executados, as obrigações em circulação são baixadas e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício.

15. Obrigações em circulação--Continuação

Com base nos aditivos ao Contrato de Gestão, pactuados 2011, o MCTI, deverá repassar à RNP em 2012, recursos adicionais no valor total de R\$ 43.673.039 para a continuidade do fomento e execução de atividades de pesquisas tecnológicas, desenvolvimento e operação de meios de serviços de difusão do conhecimento na área de tecnologia de informação e de comunicação, conforme apresentado abaixo:

	2011
1º Termo Aditivo do Contrato de Gestão - MCTI	15.166.668
2º Termo Aditivo do Contrato de Gestão - MCTI	28.506.371
	<u>43.673.039</u>

Até a data de encerramento destas demonstrações financeiras o montante acima enumerado ainda não havia sido disponibilizado para a Organização pelo MCTI.

16. Provisão para contingências

A RNP é parte em processos judiciais que, na avaliação dos consultores jurídicos, levando em consideração experiências com naturezas semelhantes, foram classificadas de acordo com o risco de perda provável.

A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes para preservar o seu patrimônio, registrando o reconhecimento de provisões para perdas dos processos judiciais em 31 de dezembro de 2010 e de 2011 de acordo com a probabilidade de perda. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	2011	2010
Trabalhistas	12.942.002	2.971
Cíveis	424.409	913.691
	<u>13.366.411</u>	<u>916.662</u>

16. Provisão para contingências--Continuação

Contingências trabalhistas

Foi realizada a provisão no montante de R\$ 12.942.002, referente ao passivo contingencial trabalhista classificado como de risco provável.

Além disso, a organização monitora também o montante classificado como de risco possível no valor de R\$

6.655.535.

Contingências cíveis

Processo Civil nº 0254808-17.2010.8.19.0001

Foi realizada a baixa de R\$ 489.282 na provisão efetuada para atender a contingência passiva da ação judicial impetrada pela empresa Global Crossing Comunicações do Brasil Ltda., com base no levantamento realizado pelo perito contábil nomeado pelo Juiz e datado de 08 de dezembro de 2011. Com isso, o montante atual classificado como risco de perda provável e provisionado no passivo é de R\$ 424.409.

A parcela relativa à diferença entre o montante provisionado e o valor total atribuído à causa, no montante de R\$ 15.407.526 foi classificada como de risco possível, portanto, não está provisionada.

Contingências fiscais

Tramita no âmbito administrativo o Processo Administrativo Fiscal nº 13706.000843/2001-08 - Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 419.791. O risco de perda deste montante é classificado como possível e, por tal motivo, também não está provisionado.

17. Receita de convênios

	2011	2010
Redecomep	5.399.015	3.496.129
Rute	1.765.774	1.557.410
Emp. Brasileira de Comunicação	2.400.000	2.055.400
Redecampi	-	1.356.206
Ministério Ciência e Tecnologia/SEPIN	-	1.228.778
Fundação Roberto Trompowsky	-	53.973
Padtec S.A.	-	20.000
Extreme Networks	-	24.000
Embrapa	53.973	53.973
Omega Construções	-	8.000
Embratel	-	16.000
Metroclabe	-	8.000
Interquattri Informática	-	8.000
Clara	-	42.500
CNPQ	118.867	220.752
Fiocruz	-	53.973
FACTI	2.919.352	167.871
Digitalnet Brasil Sistemas	-	15.000
Gesbanha	-	16.100
Kryptus	-	126.000
Inmetro	1.000.000	-
Caribbean	199.595	-
Internet2	8.317	-
The University	1.856	-
Núcleo de Informação e Coordenação do ponto BR	100.000	-
Secretaria Estadual de Cultura DF	107.946	-
GLIF	1.380	-
Terena	676	-
Nordunet	653	-
Iplanrio	219.733	-
Indiana University	3.162	-
Osia	6.551	-
Processo Judiciário	2.992	-
Giga	53	-
	<u>14.309.895</u>	<u>10.528.065</u>

17. Receita de convênios--Continuação

A receita de convênios é a forma pela qual a RNP busca alavancar recursos adicionais que servem tanto para estender projetos em curso quanto para atender aos conveniados em serviços de rede ou complementar a infraestrutura própria destinada à integração de novas organizações e novas comunidades. Com isso, propicia o aumento da base de clientes, diminuindo a vulnerabilidade da RNP em relação ao Contrato de Gestão como único e grande cliente.

18. Despesas gerais e administrativas

	2011	2010
Serviços profissionais e contratados - PJ	44.397.588	79.054.968
Viagens	5.481.251	5.011.477
Consumo de materiais e produtos	3.919.498	2.730.019
Ocupação	1.555.186	1.521.980
Utilidades e serviços	903.467	728.283
Outras despesas	6.051.152	46.572.280
	<u>62.308.142</u>	<u>135.619.007</u>

19. Transações com partes relacionadas

Remuneração e pessoal-chave

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a remuneração total dos diretores da RNP foi de R\$ 981.996 (R\$ 825.283 em 2010). A Associação não concede benefícios pós-emprego ou outros de longo prazo para os seus diretores e colaboradores.

A Alta Administração da Organização é composta por seu Conselho de Administração (Dirigentes). Os Conselheiros e seus suplentes não percebem remuneração alguma por parte da RNP.

20. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2011 os ativos da RNP estavam segurados contra sinistros pelo valor total de R\$ 337.466 (R\$ 378.466 em 2010), compreendendo seguro de riscos diversos de equipamentos (roteadores, servidores e outros) no valor de R\$ 288.341 e de notebooks no valor de R\$ 49.125 (R\$ 321.939 e R\$ 56.527 em 2010, respectivamente).

21. Instrumentos financeiros

A RNP não efetuou operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos de qualquer natureza e continua...



continuação...

seus instrumentos financeiros estão representados basicamente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar de curto prazo para os quais o valor contábil se aproxima do respectivo valor justo.

Demonstrativo do Fluxo de Caixa Financeiro do Exercício
Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa- RNP
Findo em 31 de dezembro de 2011
Acompanhado do Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa- RNP
Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre o Demonstrativo do fluxo de caixa financeiros
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Índice

1. Introdução.....	1
2. Objetivo da revisão	2
3. Extensão do trabalho.....	2
4. Limitação de escopo.....	2
5. Principais procedimentos de asseguração limitada adotados.....	3
6. Outros procedimentos adotados.....	5
7. Conciliação dos saldos contábeis e financeiros.....	6
8. Conclusão.....	7
Anexo I - Demonstração do fluxo de caixa - Contrato de Gestão.....	8

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa- RNP
Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes sobre o Demonstrativo do fluxo de caixa financeiros
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011
Aos Administradores e Acionistas da
Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP
Rio de Janeiro - RJ

1. Introdução

Por se tratar de um serviço especial de asseguração limitada, ressaltamos que há diferenças significativas entre um trabalho dessa natureza e uma auditoria das demonstrações financeiras com o objetivo de emitir um parecer. Este trabalho embora tenha características e objetivos específicos, não deixa de ser uma auditoria; portanto, deve respeitar as normas da profissão e, em consequência, utilizar os procedimentos aplicáveis a trabalhos dessa natureza em conformidade com a Norma NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração diferente de Auditoria e Revisão aprovada pela Resolução 1.160 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em 27 de março de 2009.

Para formar opinião sobre as demonstrações financeiras, o auditor executa procedimentos destinados a obter uma certeza razoável de que estas estão adequadamente apresentadas em todos seus aspectos significativos. Devido à natureza dos exames e outras limitações inerentes à auditoria, juntamente com as limitações próprias de qualquer sistema de controle interno, existe o risco inevitável de mesmo qualquer falsa declaração significativa passar despercebida. Contudo, qualquer indicio de que possa ter ocorrido alguma fraude ou erro que pudesse resultar em significativa falsa declaração, faria com que o auditor estendesse seus procedimentos a fim de confirmar ou não suas suspeitas.

Embora as normas acima transcritas estejam dirigidas à auditoria das demonstrações financeiras, abrangem todos os trabalhos de auditoria, inclusive serviços de asseguração limitada.

Este relatório foi desenvolvido para atender aos objetivos definidos nos termos de nossa contratação e se destina ao uso exclusivo da Administração da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP ("RNP" ou "Associação"); consequentemente, não deverá ser publicado, circulado, reproduzido ou utilizado para outras finalidades sem nossa aprovação prévia por escrito. Alertamos, ainda, que em qualquer circunstância este trabalho somente poderá ser utilizado integralmente, pois sua leitura parcial poderá levar a interpretações equivocadas.

2. Objetivo da revisão

Conforme nossa carta de contratação datada de 18 de agosto de 2011, fomos contratados para efetuar uma revisão (asseguração limitada) do demonstrativo do fluxo de caixa financeiro da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. O demonstrativo do fluxo de caixa financeiro para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi elaborado sob a responsabilidade da Administração da RNP.

Não foi parte integrante do escopo de nosso trabalho o levantamento e avaliação dos processos e controles internos da Associação que seriam requeridos, em um trabalho de auditoria com objetivo de emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras da Associação, consoante as normas da profissão.

3. Extensão do trabalho

Nossos trabalhos foram desenvolvidos tomando por base o demonstrativo do fluxo de caixa financeiro da Associação apresentado em milhares de reais, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011; apresentado nos Anexos I e II, deste relatório de asseguração limitada.

4. Limitação de escopo

Nossos procedimentos de asseguração limitados foram limitados à documentação disponibilizada pelos administradores RNP, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, bem como discussões res-

tritas com Administração da Associação e com a área responsável pela elaboração e apresentação do fluxo de caixa financeiro da RNP.

5. Principais procedimentos de asseguração limitada adotados

5.1. Receitas

5.1.1. Recebimentos do contrato de gestão
Refere-se basicamente aos repasses de recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) para o atendimento ao plano de trabalho da RNP.

Receita do contrato de gestão 171.940
Constatamos o faturamento total do valor de R\$ 171.940 em 31 de dezembro de 2011. O principal procedimento de asseguração por nós efetuado foi:

► Confrontamos os repasses financeiros com os saldos contábeis da receita do Contrato de Gestão e a exatidão e legitimidade dos valores recebidos conforme crédito no extrato bancário.

5.2. Despesas

5.2.1. Pessoal celetista (Anexo I)
Refere-se aos pagamentos de 13º Salário, assistência médica, férias, INSS, FGTS, IR sobre folha de pagamento, rescisões contratuais, sindicatos, pensão alimentícia e outros.

Os principais procedimentos de asseguração por nós efetuados foram:
► Examinamos, em base de testes, as folhas de pagamento, relatórios de provisão de férias e 13º salário de janeiro a dezembro de 2011, bem como os respectivos pagamentos efetuados.

► Examinamos, em base de testes, as guias de INSS e FGTS de janeiro a dezembro de 2011, bem como as respectivas liquidações financeiras através extrato bancário.

5. Principais procedimentos de asseguração limitada adotados

--Continuação

5.2. Despesas--Continuação

5.2.2. Capital

Refere-se à despesa com aquisição de imobilizado e intangível no exercício de 2011.

Os principais procedimentos de asseguração por nós efetuados foram:
► Examinamos, em base de testes, notas fiscais de imobilizado e intangível adquiridos no exercício de 2011.

► Observamos, em base de testes, a saída dos recursos financeiros referentes aos pagamentos efetuados através de extrato bancário.

5.2.3. Custeio (Anexo I)

A despesa custeio é segregada em quatro tipos, sendo elas: pessoa física, custeio, pessoa jurídica e viagem.

Pessoa física refere-se aos pagamentos com estagiários, autônomos e IR sobre autônomos, entre outros.

Custeio refere-se aos pagamentos com cursos e treinamentos, adiantamentos, aluguel de imóveis, assinaturas, energia elétrica, internet, despesa com importação, INSS - obras, INSS Cooperativo, IRRF terceiros, CSLL retido de terceiros, PIS retido de terceiros, PIS/COFINS/CSLL, ICMS, pagamentos diversos entre outros.

As despesas realizadas com Pessoas jurídicas referem-se a pagamentos a serviços de comunicação e manutenção atrelados aos projetos geridos pela RNP.

5. Principais procedimentos de asseguração limitada adotados

--Continuação

5.2. Despesas--Continuação

5.2.3. Custeio (Anexo I)--Continuação

Viagem refere-se a despesas de funcionários com viagens, tais como, hospedagem, alimentação, seguro, passagem, entre outros.

Os principais procedimentos de asseguração por nós efetuados foram:
► Examinamos, em base de testes, notas fiscais referente as respectivas despesas.

► Observamos, em base de testes, a saída dos recursos financeiros referentes aos pagamentos efetuados através de extrato bancário.

6. Outros procedimentos adotados

6.1. Aplicação financeira

Referem-se às aplicações financeiras do contrato de gestão e da associação, outros projetos, e seus rendimentos auferidos nas respectivas datas. Os principais procedimentos de asseguração por nós efetuados foram:

► Analisamos, em base de testes, a movimentação das aplicações financeiras, assim como os referidos rendimentos referentes às aplicações financeiras conforme extrato bancário.

► Confronto, em base de testes, do extrato bancário com os saldos correlatos.

7. Conciliação dos saldos contábeis e financeiros

O regime de competência determina que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. Competência não está relacionada com recebimentos ou pagamentos, mas com o reconhecimento das despesas e receitas incorridas no período, mesmo com desvinculação temporal das receitas

e despesas, respectivamente do recebimento e do desembolso a longo prazo - ocorre a equalização entre os valores do resultado contábil. e o fluxo de caixa derivado das receitas e despesas, em razão dos princípios referentes à avaliação dos componentes patrimoniais.

O regime de caixa determina que receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem de fato o recebimento ou pagamento.

Apresentamos a seguir a correlação entre os principais itens apresentados nos fluxos de caixa com a demonstração do resultado da Entidade para o contrato de gestão:

	Fluxo de caixa financeiro	Variação	Demonstração do resultado
Receita do contrato de gestão	171.940	-	171.940
Despesas			
Pessoal	17.445	4.968 (a)	22.413
Custeio	100.433	(45.592) (b)	69.807
Capital	2.580	303 (c)	5.697

(a) Refere-se a pagamento de férias, 13º salário, impostos, entre outros, provisionados em exercício anterior.

(b) Refere-se a contratos de curto e longo prazo os quais foram provisionados no exercício corrente.

(c) Refere-se a pagamentos antecipados de exercícios anteriores e pagamentos antecipados no exercício vigente.

8. Conclusão

Com base nos procedimentos de asseguração descritos nos itens 5 e 6, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante a ser efetuada nos demonstrativos dos fluxos de caixa financeiros da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Eduardo José Ramón Leverone Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - IRJ 067.460/O-6 Contador CRC - IRJ 090.174/O-4

ANEXO I

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - as demonstrações do fluxo de caixa financeiro do exercício

Findo em 31 de dezembro de 2011 para o contrato de gestão

(Em milhares de reais)

Balanco resumido	2011
Receitas	
Saldo inicial CG (01/01/11)	12.424,52
Recurso contrato gestão 1	171.939,84
Receita financeira líquida - CG	4.736,87
Transações diversas 2	4.217,08
Total receita	193.318,31

Despesas	
Pessoal	17.444,83
Custeio	100.432,70
Capital	2.580,14
Total despesa	120.457,68

Saldo 3 72.860,64

1. Repasses correspondentes aos Termos Aditivos do Contrato de Gestão.

2. Nesse item registram-se as devoluções de adiantamentos em decorrência viagens dos empregados e terceirizados bem como o acerto de pagamento efetuados aos fornecedores e aos projetos.

3. Saldo totalmente comprometido com obrigações contratuais futuras de conectividade estimado no montante de R\$ 109.000,00 para o exercício financeiro de 2012.

ANEXO I--Continuação

Cronologia dos repasses correspondentes aos termos aditivos do contrato de gestão:

continua...



continuação...

Termo aditivo	Recurso	Recebimento
16º Termo CG - 4655 - 1a parcela	6.000,00	04/01/2011
16º Termo CG - 16º TA - ITI - 1a parcela	580,27	04/01/2011
16º Termo CG - (FS) FNDCT/FINEP - 1a parcela	513,00	04/01/2011
16º Termo CG - 4172 MEC - 1a parcela	500,00	17/01/2011
17º Termo Descentralização - MEC/FNDE - 1a parcela	500,00	19/01/2011
17º Termo Descentralização - MEC/FNDE - 2a parcela	2.000,00	20/01/2011
16º Termo CG - 4655 - 2a parcela	6.000,00	21/01/2011
16º Termo CG - (FS) FNDCT/FINEP - 2a parcela	6.200,00	27/01/2010
17º TA Descentralização - FNDCT - 1a parcela	500,00	31/01/2011
16º Termo CG - 4172 MEC - 2a parcela	6.500,00	31/01/2011
16º Termo CG - (FS) FNDCT/FINEP - 3a parcela	7.000,00	01/02/2011
16º Termo CG - (FS) FNDCT/FINEP - 4a parcela	10.000,00	01/02/2011
16º Termo CG - 4172 MEC - 3a parcela	6.500,00	01/02/2011
16º Termo CG - 4172 MEC - 4a parcela	6.500,00	01/02/2011
17º Termo Descentralização - MEC/FNDE - 3a parcela	2.000,00	01/02/2011
16º Termo CG - 4655 - 3a parcela	3.000,00	02/02/2011
16º Termo CG - 4655 - 4a parcela	3.000,00	09/02/2011
16º Termo Aditivo - Descentralização - MEC/SETEC	13.03,63	17/02/2011
17º TA Descentralização - FNDCT - 2a parcela	2.316,49	23/05/2011
17º TA Descentralização - FNDCT - 3a parcela	1.771,00	23/05/2011
17º TA Descentralização - FNDCT - 4a parcela	879,00	23/05/2011
17º TA Ação LOA 4172 MinC Descentralização	500,00	06/06/2001
17º TA Ação LOA 4172 MinC Descentralização	300,00	06/06/2001
17º TA Ação LOA 4172 MinC Descentralização	200,00	06/06/2001
17º TA Descentralização - FNDCT	7.283,51	16/06/2011
17º TA Descentralização - FNDCT	66,49	07/07/2011
17º TA Descentralização - FNDCT	12.183,51	07/07/2011
1º TA Ação 4655 - MCTi	3.600,00	27/09/2011
1º TA Ação 4172 - MCTi	9.882,61	27/09/2011
1º TA Ação 4172 - MEC	15.000,00	27/09/2011
1º TA Ação 4655 - MCTi	4.800,00	10/10/2011
1º TA Ação 4172 - MEC	15.166,67	11/10/2011
17º TA Ação LOA 4655/4172 MinC Descentralização	1.150,00	28/11/2011
17º TA Ação LOA 4655/4172 MinC Descentralização	1.650,00	28/11/2011
1º TA Ação 4172 - MEC	15.166,67	08/12/2011
1º TA Ação 4655 - MCTi	4.800,00	08/12/2011
1º TA Ação 4655 - MCTi	4.800,00	23/12/2011
Total	171.939,84	

ANEXO I--Continuação

Demonstração do fluxo de caixa financeiro do exercício Findo em 31 de dezembro de 2011 para o contrato de gestão (Em milhares de reais)

	Custeio					Total	
	Pessoa Celetista	Capital	Pessoa física	Despesa operacional	Pessoa jurídica		
Janeiro	1.453,81	131,65	302,73	1.480,85	6.161,49	208,63	9.739,15
Fevereiro	1.281,44	643,87	432,26	695,68	5.357,25	274,76	8.685,25
Março	1.274,06	59,39	368,84	1.183,75	5.142,29	229,40	8.257,72
Abril	1.174,06	78,41	431,27	645,22	4.794,01	298,06	7.421,03
Maio	1.182,85	76,86	505,58	1.871,44	5.757,50	441,05	9.835,28
Junho	1.416,74	60,64	440,06	758,48	6.081,94	453,03	9.210,88
Julho	1.289,87	302,16	361,33	696,61	6.770,28	315,53	9.735,78
Agosto	1.188,58	309,63	517,30	787,18	6.980,43	666,40	10.449,53
Setembro	1.970,57	156,37	465,08	741,89	5.448,06	273,14	9.055,10
Outubro	1.443,51	131,58	450,89	1.070,77	4.903,27	575,46	8.575,48
Novembro	1.505,83	253,54	371,70	3.199,84	6.649,62	428,65	12.409,18
Dezembro	2.263,52	376,03	428,08	4.755,41	8.734,22	526,02	17.083,29
Total	17.444,83	2.580,14	5.075,11	17.887,11	72.780,35	4.690,12	120.457,68

ANEXO II

Demonstração do fluxo de caixa financeiro do exercício Findo em 31 de dezembro de 2011 para outros projetos (Em milhares de reais)

	2011
Balanco resumido	
Receitas	
Saldo inicial (01/01/11)	33.388,03
Convênios	7.014,64
Receitas serviços	552,60
Receita financeira líquida	2.952,32
Transações diversas	810,59
Total receita	44.718,19
Despesas	17.780,28
Custeio	14.966,32
Capital (terceiros)	2.813,96
Total despesa	17.780,28
Saldo	26.937,91

Cronologia das receitas de convênio, serviços, financeiras, bem como das transações de devoluções, adiantamentos ou pagamentos à fornecedores ou projetos com uma outra origem de recurso.

ANEXO II--Continuação

Meses	Convênios	Receitas serviços	Receita financeira	Transações diversas	Total
Fevereiro	95,07	2,05	300,26	-	397,37
Março	8,00	3,53	300,04	0,53	312,09
Abril	8,00	10,16	266,47	28,12	312,75
Maio	1.318,47	32,70	71,79	383,78	1.806,74
Junho	50,79	45,70	310,37	7,50	414,36
Julho	25,00	15,74	302,52	8,05	351,30
Agosto	1.076,23	61,33	331,36	1,65	1.470,56
Setembro	141,72	102,17	284,14	2,40	530,42
Outubro	27,18	96,01	251,80	3,43	378,42
Novembro	57,06	28,47	3,95	90,51	180,00
Dezembro	268,98	117,89	240,41	279,12	906,41
Total	7.014,64	552,60	2.952,32	810,59	11.330,16

Meses	Custeio				Total
	Capital	Despesa operacional	Pessoa jurídica	Viagens	
Janeiro	41,99	40,07	747,47	15,38	844,91
Fevereiro	580,62	40,48	776,88	28,29	1.426,27
Março	517,43	1.442,18	788,51	27,63	2.775,75
Abril	33,58	105,28	578,60	53,58	771,03
Maio	0,00	647,32	255,14	89,64	992,10
Junho	691,26	268,61	514,44	65,24	1.539,54
Julho	74,33	139,02	750,05	60,00	1.023,39
Agosto	1,94	1.092,54	796,31	71,56	1.962,36
Setembro	62,27	523,66	464,07	8,31	1.058,31
Outubro	223,02	205,44	1.128,68	62,78	1.619,91
Novembro	120,69	404,45	1.473,23	84,00	2.082,37
Dezembro	466,83	563,96	570,23	83,31	1.684,33
Total	2.813,96	5.473,00	8.843,59	649,73	17.780,28

ANEXO III

Demonstração do fluxo de caixa financeiro do exercício Findo em 31 de dezembro de 2011 para outros projetos (Em milhares de reais)

Grau de alavancagem entre o contrato de gestão e outras receitas além do contrato de gestão	
Receita financeira líquida CG	4.736,87
Outras receitas	10.519,57
Total alavancado1	15.256,44
Recurso contrato de gestão	171.939,84
Grau de alavancagem2	9%

Nota explicativa 1: Total alavancado = receita financeira do Contrato de Gestão (item 1.1)

+ somatório de outras receitas além do Contrato de Gestão (item 1.2), exceto os valores referentes às transações diversas.

Nota explicativa 2: Grau de alavancagem = total alavancado ÷ recursos do Contrato de Gestão.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/12-PP

A Comissão de Licitação torna público a revogação do presente pregão, em face de fato superveniente que enseja a reformulação do edital, conforme ato do Sr. Diretor Regional do SESC/ES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032012030200168

datado de 01/03/12 que se encontra apenas ao processo com vistas aos interessados. Novo processo licitatório, livre das causas do presente cancelamento, será aberto com vistas à contratação do objeto, em questão.

Vitória-ES, 1º de março de 2012.
ANDERSON GOMES DE SOUZA
Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL EM MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA SESC/MG Nº 4/2012

O SESC/MG - Serviço Social do Comércio - Minas Gerais, por meio da Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que promoverá licitação na modalidade Concorrência SESC/MG nº 0004/2012, cujo objeto é a contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de infraestrutura de rede

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação...

	Demonstração dos superávits	
	Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Valores expressos em reais)	
	2011	2010
Receita do contrato de gestão	73.568.432	50.306.835
Receitas de prestação de serviços	1.012.526	524.077
Receita de convênios (Nota 17)	14.309.895	10.528.065
Receita	88.890.853	61.358.977
(Despesas)/receitas operacionais		
Despesas com pessoal	(22.412.947)	(12.875.694)
Provisão de férias e 13º salário	(2.187.240)	(842.121)
Despesas gerais e administrativas (Nota 18)	(62.308.142)	(135.619.007)
Despesas tributárias	(371.971)	(825.799)
Despesas financeiras	(1.784.197)	(1.215.940)
Receitas financeiras	9.158.899	6.981.408
Despesas com contingências	(12.449.749)	(916.662)
Depreciação e amortização	(11.114.280)	(7.682.248)
Outras receitas não operacionais	433.325	31.545
Déficit do exercício	(14.145.449)	(91.605.542)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Demonstração dos fluxos de caixa	
	Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Valores expressos em reais)	
	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(14.145.449)	(91.605.542)
Ajuste para reconciliar o superávit do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	10.584.308	7.672.665
Valor residual do imobilizado baixado	-	9.584
Provisão para contingências	12.449.749	-
Provisão para devedores duvidosos	18.416	-
8.907.024	(83.923.293)	
Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Varição em adiantamentos a terceiros	52.552	1.880.909
Varição em cliente a receber	(599.524)	1.549.018
Varição em despesas pagas antecipadamente	(248.207)	(28.476)
Varição em crédito de funcionários	(221.089)	78.587
Varição em tributos e contribuições a recuperar	(15.766)	(30.363)
(1.032.034,00)	3.449.675	
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Varição em fornecedores	(39.988.057)	42.381.370
Varição em obrigações fiscais	90.833	84.541
Varição em obrigações trabalhistas	-	(7.811)
Varição em obrigações sociais	83.900	117.082
Varição em provisões trabalhistas	1.418.339	238.680
Varição em contas a pagar	7.552	4.521
Varição em obrigações em circulação	91.381.204	(6.348.840)
Varição em provisão para contingências	-	916.662
52.993.771	37.386.205	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	60.868.761	(43.087.413)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado e intangível, líquidas	(6.888.176)	(15.767.632)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(6.888.176)	(15.767.632)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	38.830
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		
Aumento líquido de caixa e equivalente caixa	53.980.585	(58.855.045)
Disponibilidades		
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	45.818.104	104.634.319
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	99.798.689	45.818.104
Aumento líquido de caixa e equivalente caixa	53.980.585	(58.816.215)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Demonstração das mutações do patrimônio social		
	Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Valores expressos em reais)		
	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Em 1 de janeiro de 2010	2.278.676	106.266.842	108.545.518
Integralização de capital	38.830	-	38.830
Déficit do exercício	-	(91.605.542)	(91.605.542)
Em 31 de dezembro de 2010	2.317.506	14.661.300	16.978.806
Ajuste de exercício anterior (Nota 8)	-	19.034.006	19.034.006
Déficit do exercício	-	(14.145.449)	(14.145.449)
Em 31 de dezembro de 2011	2.317.506	19.549.857	21.867.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e de 2010

(Em reais)

1. Informações sobre a entidade

A Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), localizada na Avenida Lauro Muller 116 - 1103, Rio de Janeiro, RJ foi qualificada como organização social por meio do Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002. Tem como finalidade o desenvolvimento tecnológico da área de redes e suas aplicações, com o foco orientado para o suporte às atividades de ensino, notadamente, na educação superior e na pesquisa. Para isso, se constitui como a infraestrutura de rede de comunicação e computação para suporte à pesquisa brasileira, uma vez que propicia a integração de todo o sistema de pesquisa e ensino superior por meio de uma rede de alta capacidade, rica de serviços e aplicações. Por meio dessa rede nacional, ou backbone, chamada Rede Ipê, também são realizadas pesquisas para o desenvolvimento e teste de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Essas tecnologias constituem a base da nova sociedade do conhecimento; seu domínio e uso são essenciais para o desenvolvimento do País. Nesse sentido, a própria rede se constitui como um laboratório nacional na qual os experimentos de TIC são realizados, permitindo que seus resultados possam beneficiar mais rapidamente os clientes.

As atividades desenvolvidas pela RNP estão atreladas a metas e prazos descritos no Contrato de Gestão, firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Associação, assinado originalmente em 26 de março de 2002 com vigência inicial de 5 anos. O mesmo foi renovado em 16 de janeiro de 2007, com prazo de vigência de 4 anos e, por fim, foi estabelecido novo contrato com início em 22 de dezembro de 2010 e vigência de 6 anos adicionais. A RNP depende do recebimento de repasse de recursos do MCTI para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. Em virtude da natureza das operações da Organização, da vigência do Contrato de Gestão e da conformidade com os termos deste novo contrato a Administração da RNP entende que os recursos previstos e necessários serão disponibilizados à Organização na forma esperada.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da RNP são de responsabilidade de sua Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que englobam os pronunciamentos técnicos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da RNP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram autorizadas para emissão por sua Diretoria Executiva em 8 de fevereiro de 2012.

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem: caixa, saldos em conta movimento e aplicações financeiras com vencimentos no prazo de três meses ou menos, a contar da data da contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, classificadas na categoria de ativos financeiros avaliados ao valor justo com contrapartida no resultado. Esses investimentos são marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

b) Apuração do superávit

O resultado é apurado pelo regime de competência.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos sejam gerados para a RNP e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida.

c) Provisão para devedores duvidosos

É constituída com base em análise pela Administração da carteira conjugada, conjugada com a experiência operacional e a conjuntura econômica.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação**d) Imobilizado**

Está registrado ao custo, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação de bens do imobilizado, é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 9, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens. A Administração da RNP não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado, conforme previsto no CPC 01.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso ou a sua venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado

continua...



continuação...

como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

e) Intangível

Ativos Intangíveis refletem os custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas para redução do valor recuperável, quando aplicável. O ativo intangível é composto por software, que é amortizado à vida útil econômica esperada.

f) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

g) Provisões

Gerar

Provisões são reconhecidas quando a RNP tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A RNP é parte em diversos processos judiciais e administrativos; portanto, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e nas suas notas explicativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e intangível, provisão para contingências e recuperabilidade dos ativos. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A RNP revisa suas estimativas e premissas anualmente.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

i) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Organização se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro seja gerado em favor da RNP e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Organização possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Tributação

A RNP é uma associação civil sem fins lucrativos constituída nos termos da Lei 9.637/98 e tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico e de pesquisa, motivo pelo qual lhe é conferida a imunidade tributária.

l) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. Depósitos bancários à vista

	2011	2010
Banco do Brasil S.A. - 70000	-	8.720.800
Banco do Brasil S.A. - 27000	25	12.191
Banco do Brasil S.A. - 37000	3	580
Banco do Brasil S.A. - 17000	-	40.725
Banco do Brasil S.A. - 57000	-	14.384
Banco do Brasil S.A. - 67000	-	11.575
Banco do Brasil S.A. - 673005	-	10.352
Banco do Brasil S.A. - 12294	-	3.765
Banco do Brasil S.A. - 672009	-	3.973
Banco do Brasil S.A. - 702005	1.658	-
Banco do Brasil S.A. - 674001	25	9.675
Banco do Brasil S.A. - 675001	3	9.657
Banco do Brasil S.A. - 571008	3	9.324

Banco do Brasil S.A. - 572004	3	5.182
Banco do Brasil S.A. - 573000	-	27.730
Banco do Brasil S.A. - 271004	3	5.412
Banco do Brasil S.A. - 273007	-	23.751
	1.723	8.909.076

No ano de 2011, iniciou-se a aplicação automática dos saldos em conta corrente (BB Renda Fixa LP 100), no intuito de não deixar nenhum valor sem correção; logo, os montantes que antes ficavam em conta para pagamento das obrigações diárias passaram a ser alocados em aplicações financeiras.

4. Aplicações financeiras

	2011	2010
Renda fixa - FIX	84.991.435	17.451.485
Renda fixa - DI	13.423.829	16.005.210
Fundo cambial	998.770	3.090.589
Poupança	382.797	356.192
	99.796.831	36.903.476

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos, que não supera o seu valor de realização. O montante de R\$ 998.770 aplicados em fundo cambial serve para suportar as operações financeiras de eventuais contratos em moedas estrangeiras.

4. Aplicações financeiras--Continuação

O aumento dos recursos aplicados no exercício de 2011 se deve ao fato de que no ano de 2010 foi repassado o total de R\$ 50.306.835, segregados em R\$ 40.365.514 no período de janeiro a agosto e R\$ 9.941.321 em dezembro/2010. No ano de 2011 tivemos um montante global repassado de R\$ 171.939.844.

5. Contas a receber

	2011	2010
Duplicatas a receber	778.035	178.511
Provisão para devedores duvidosos (PDD)	(83.416)	(65.000)
	694.619	113.511

A movimentação da provisão para devedores duvidosos durante o exercício findo em 31 de dezembro de

2011 foi como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	(65.000)
(+) Complemento PDD	(22.768)
(-) Baixas ocorridas	4.352
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(83.416)

6. Adiantamentos a terceiros

	2011	2010
Adiantamentos diversos	2.437	2.437
Adiantamento a fornecedores	319.978	312.956
Adiantamento de viagens	183.475	229.327
Importação em andamento	-	13.722
	505.890	558.442

7. Despesas pagas antecipadamente (circulante)

	2011	2010
Adiantamentos diversos	309.344	-
Adiantamento a fornecedores	1.986.157	316.250
	2.295.501	316.250

8. Despesas antecipadas (não circulante)

	2011	2010
Adiantamentos diversos	255.112	-
Adiantamento a fornecedores	15.061.691	-
	15.316.804	-

Em julho de 2010, celebramos junto a OI, um convênio para desenvolvimento de tecnologias em aplicação de rede. Nos termos deste convênio, a RNP pagou à OI o montante de R\$ 19.861.571 e, em contrapartida, recebeu o direito de uso de capacidade e infraestrutura a ser provido pela OI nos postos de presença da RNP pelos próximos 10 anos. No exercício findo de 31/12/2010, a totalidade do valor pago à OI foi lançada no resultado, aumentando o déficit apurado naquele ano.

Em 2011, a Administração revisou estes contratos e, dada a natureza, observou que o registro efetuado em 2010 estava incorreto, uma vez que a despesa pelos serviços prestados pela OI foram pagas antecipadamente e tratam-se de um direito da Entidade a ser apropriado ao resultado à medida em que as capacidades e a estrutura venham sendo utilizadas.

Face ao acima exposto, a Administração efetuou o ajuste de R\$ 19.034.006 referente às despesas a serem incorridas a partir de 1º de janeiro de 2011 até o término do contrato.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a despesa apropriada ao resultado foi de R\$ 1.986.157.

9. Imobilizado

	Anuais de depreciação	Residual dez/2010	Aquisições	Baixas	Depreciação anual	Residual dez/2011
Equipamentos de computação	20%	23.341.425	3.950.584 (504.856)	(6.991.393)	19.795.760	
Máquinas e equipamentos	10%	900.116	897.729 (16.170)	(192.054)	1.589.622	
Beneficentias em propriedade de terceiros	10%	1.286.626	-	(253.984)	1.032.641	
Móveis e utensílios	10%	4.036.398	328.137 (9.048)	(562.588)	3.792.898	
Instalações	10%	18.197	-	(10.869)	7.328	
Provisão Perda Ativo Imobilizado	0%	-	(187.581)	-	(187.581)	
Importação em Andamento	0%	-	1.909.261	-	1.909.261	
		29.582.763	7.085.710 (717.655)	(8.010.889)	27.939.929	

continua...



continuação...

como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

e) Intangível

Ativos Intangíveis refletem os custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas para redução do valor recuperável, quando aplicável. O ativo intangível é composto por software, que é amortizado à vida útil econômica esperada.

f) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

g) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a RNP tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A RNP é parte em diversos processos judiciais e administrativos; portanto, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e nas suas notas explicativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e intangível, provisão para contingências e recuperabilidade dos ativos. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A RNP revisa suas estimativas e premissas anualmente.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

i) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Organização se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro seja gerado em favor da RNP e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Organização possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Tributação

A RNP é uma associação civil sem fins lucrativos constituída nos termos da Lei 9.637/98 e tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico e de pesquisa, motivo pelo qual lhe é conferida a imunidade tributária.

l) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. Depósitos bancários à vista

	2011	2010
Banco do Brasil S.A. - 70000	-	8.720.800
Banco do Brasil S.A. - 27000	25	12.191
Banco do Brasil S.A. - 37000	3	580
Banco do Brasil S.A. - 17000	-	40.725
Banco do Brasil S.A. - 57000	-	14.384
Banco do Brasil S.A. - 67000	-	11.575
Banco do Brasil S.A. - 673005	-	10.352
Banco do Brasil S.A. - 12294	-	3.765
Banco do Brasil S.A. - 672009	-	3.973
Banco do Brasil S.A. - 702005	1.658	-
Banco do Brasil S.A. - 674001	25	9.675
Banco do Brasil S.A. - 675001	3	9.657
Banco do Brasil S.A. - 571008	3	9.324

Banco do Brasil S.A. - 572004	3	5.182
Banco do Brasil S.A. - 573000	-	27.730
Banco do Brasil S.A. - 271004	3	5.412
Banco do Brasil S.A. - 273007	-	23.751
	1.723	8.909.076

No ano de 2011, iniciou-se a aplicação automática dos saldos em conta corrente (BB Renda Fixa LP 100), no intuito de não deixar nenhum valor sem correção; logo, os montantes que antes ficavam em conta para pagamento das obrigações diárias passaram a ser alocados em aplicações financeiras.

4. Aplicações financeiras

	2011	2010
Renda fixa - FIX	84.991.435	17.451.485
Renda fixa - DI	13.423.829	16.005.210
Fundo cambial	998.770	3.090.589
Poupança	382.797	356.192
	99.796.831	36.903.476

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos, que não supera o seu valor de realização. O montante de R\$ 998.770 aplicados em fundo cambial serve para suportar as operações financeiras de eventuais contratos em moedas estrangeiras.

4. Aplicações financeiras--Continuação

O aumento dos recursos aplicados no exercício de 2011 se deve ao fato de que no ano de 2010 foi repassado o total de R\$ 50.306.835, segregados em R\$ 40.365.514 no período de janeiro a agosto e R\$ 9.941.321 em dezembro/2010. No ano de 2011 tivemos um montante global repassado de R\$ 171.939.844.

5. Contas a receber

	2011	2010
Duplicatas a receber	778.035	178.511
Provisão para devedores duvidosos (PDD)	(83.416)	(65.000)
	694.619	113.511

A movimentação da provisão para devedores duvidosos durante o exercício findo em 31 de dezembro de

2011 foi como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	(65.000)
(+) Complemento PDD	(22.768)
(-) Baixas ocorridas	4.352
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(83.416)

6. Adiantamentos a terceiros

	2011	2010
Adiantamentos diversos	2.437	2.437
Adiantamento a fornecedores	319.978	312.956
Adiantamento de viagens	183.475	229.327
Importação em andamento	-	13.722
	505.890	558.442

7. Despesas pagas antecipadamente (circulante)

	2011	2010
Adiantamentos diversos	309.344	-
Adiantamento a fornecedores	1.986.157	316.250
	2.295.501	316.250

8. Despesas antecipadas (não circulante)

	2011	2010
Adiantamentos diversos	255.112	-
Adiantamento a fornecedores	15.061.691	-
	15.316.804	-

Em julho de 2010, celebramos junto a OI, um convênio para desenvolvimento de tecnologias em aplicação de rede. Nos termos deste convênio, a RNP pagou à OI o montante de R\$ 19.861.571 e, em contrapartida, recebeu o direito de uso de capacidade e infraestrutura a ser provido pela OI nos postos de presença da RNP pelos próximos 10 anos. No exercício findo de 31/12/2010, a totalidade do valor pago à OI foi lançada no resultado, aumentando o déficit apurado naquele ano.

Em 2011, a Administração revisou estes contratos e, dada a natureza, observou que o registro efetuado em 2010 estava incorreto, uma vez que a despesa pelos serviços prestados pela OI foram pagas antecipadamente e tratam-se de um direito da Entidade a ser apropriado ao resultado à medida em que as capacidades e a estrutura venham sendo utilizadas.

Face ao acima exposto, a Administração efetuou o ajuste de R\$ 19.034.006 referente às despesas a serem incorridas a partir de 1º de janeiro de 2011 até o término do contrato.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a despesa apropriada ao resultado foi de R\$ 1.986.157.

9. Imobilizado

	Anuais de depreciação	Residual dez/2010	Aquisições	Baixas	Depreciação anual	Residual dez/2011
Equipamentos de computação	20%	23.341.425	3.950.584	(504.856)	(6.991.393)	19.795.760
Máquinas e equipamentos	10%	900.116	897.729	(16.170)	(192.054)	1.589.622
Beneficentarias em propriedade de terceiros	10%	1.286.626	-	-	(253.984)	1.032.641
Móveis e utensílios	10%	4.036.398	328.137	(9.048)	(562.588)	3.792.898
Instalações	10%	18.197	-	-	(10.869)	7.328
Provisão Perda Ativo Imobilizado	0%	-	-	(187.581)	-	(187.581)
Importação em Andamento	0%	-	1.909.261	-	-	1.909.261
		29.582.763	7.085.710	(717.655)	(8.010.889)	27.939.929

continua...

continuação...

10. Intangível

	Anuais de depreciação	Residual dez/2010	Aquisições	Baixas	Depreciação anual	Residual dez/2011
Sistema aplicativo software	20%	1.971.819	520.121	-	(587.261)	1.904.679
		<u>1.971.819</u>	<u>520.121</u>	<u>-</u>	<u>(587.261)</u>	<u>1.904.679</u>

A amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 587.261 (R\$ 485.509 em 2010) e está registrada no resultado do exercício.

11. Fornecedores

Refere-se a obrigações de curto e longo prazo com diversos fornecedores de bens e serviços - pessoas físicas e jurídicas, referentes a gastos destinados à manutenção operacional e administrativa realizada no ciclo operacional da Organização, que nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2011 e 2010 apresentavam, respectivamente, os saldos de R\$ 3.985.953 e R\$ 39.305.781.

12. Obrigações fiscais

Refere-se basicamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte de pessoas físicas e jurídicas, nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2011 e 2010 que apresentaram, respectivamente, os saldos de R\$ 473.167 e R\$ 382.334.

13. Obrigações sociais

	2011	2010
INSS	426.552	385.026
FGTS	122.642	85.902
PIS	18.562	12.928
	<u>567.756</u>	<u>483.856</u>

14. Provisões trabalhistas

	2011	2010
Férias	1.832.447	763.148
INSS sobre férias	451.551	188.054
FGTS sobre férias	146.595	61.052
	<u>2.430.593</u>	<u>1.012.254</u>

15. Obrigações em circulação

	2011	2010
Contrato de Gestão - MCT	98.371.412	-
Finep - Redecomep	5.577.856	10.909.348
Finep - Rute	1.324.936	3.076.689
Finep - Ticampi	803.754	712.130
Finep - Giga	14.798	13.385
	<u>106.092.756</u>	<u>14.711.552</u>

O Contrato de Gestão da RNP é o instrumento pelo qual o contratante, ou seja, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), faz os repasses de recursos para o atendimento ao plano de trabalho da RNP.

As entradas dos recursos do Contrato de Gestão são registradas na conta de Obrigação em Circulação, tendo em vista a verdadeira realização das receitas ocorrer no momento de realização dos projetos e não no momento de entrada no caixa da Organização. À medida em que os projetos correlatos são executados, as obrigações em circulação são baixadas e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício.

15. Obrigações em circulação--Continuação

Com base nos aditivos ao Contrato de Gestão, pactuados 2011, o MCTI, deverá repassar à RNP em 2012, recursos adicionais no valor total de R\$ 43.673.039 para a continuidade do fomento e execução de atividades de pesquisas tecnológicas, desenvolvimento e operação de meios de serviços de difusão do conhecimento na área de tecnologia de informação e de comunicação, conforme apresentado abaixo:

	2011
1º Termo Aditivo do Contrato de Gestão - MCTI	15.166.668
2º Termo Aditivo do Contrato de Gestão - MCTI	28.506.371
	<u>43.673.039</u>

Até a data de encerramento destas demonstrações financeiras o montante acima enumerado ainda não havia sido disponibilizado para a Organização pelo MCTI.

16. Provisão para contingências

A RNP é parte em processos judiciais que, na avaliação dos consultores jurídicos, levando em consideração experiências com naturezas semelhantes, foram classificadas de acordo com o risco de perda provável.

A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes para preservar o seu patrimônio, registrando o reconhecimento de provisões para perdas dos processos judiciais em 31 de dezembro de 2010 e de 2011 de acordo com a probabilidade de perda. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	2011	2010
Trabalhistas	12.942.002	2.971
Cíveis	424.409	913.691
	<u>13.366.411</u>	<u>916.662</u>

16. Provisão para contingências--Continuação

Contingências trabalhistas

Foi realizada a provisão no montante de R\$ 12.942.002, referente ao passivo contingencial trabalhista classificado como de risco provável.

Além disso, a organização monitora também o montante classificado como de risco possível no valor de R\$

6.655.535.

Contingências cíveis

Processo Civil nº 0254808-17.2010.8.19.0001

Foi realizada a baixa de R\$ 489.282 na provisão efetuada para atender a contingência passiva da ação judicial impetrada pela empresa Global Crossing Comunicações do Brasil Ltda., com base no levantamento realizado pelo perito contábil nomeado pelo Juiz e datado de 08 de dezembro de 2011. Com isso, o montante atual classificado como risco de perda provável e provisionado no passivo é de R\$ 424.409.

A parcela relativa à diferença entre o montante provisionado e o valor total atribuído à causa, no montante de R\$ 15.407.526 foi classificada como de risco possível, portanto, não está provisionada.

Contingências fiscais

Tramita no âmbito administrativo o Processo Administrativo Fiscal nº 13706.000843/2001-08 - Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 419.791. O risco de perda deste montante é classificado como possível e, por tal motivo, também não está provisionado.

17. Receita de convênios

	2011	2010
Redecomep	5.399.015	3.496.129
Rute	1.765.774	1.557.410
Emp. Brasileira de Comunicação	2.400.000	2.055.400
Redecampi	-	1.356.206
Ministério Ciência e Tecnologia/SEPIN	-	1.228.778
Fundação Roberto Trompowsky	-	53.973
Padtec S.A.	-	20.000
Extreme Networks	-	24.000
Embrapa	53.973	53.973
Omega Construções	-	8.000
Embratel	-	16.000
Metroclabe	-	8.000
Interquattri Informática	-	8.000
Clara	-	42.500
CNPQ	118.867	220.752
Fiocruz	-	53.973
FACTI	2.919.352	167.871
Digitalnet Brasil Sistemas	-	15.000
Gesbanha	-	16.100
Kryptus	-	126.000
Inmetro	1.000.000	-
Caribbean	199.595	-
Internet2	8.317	-
The University	1.856	-
Núcleo de Informação e Coordenação do ponto BR	100.000	-
Secretaria Estadual de Cultura DF	107.946	-
GLIF	1.380	-
Terena	676	-
Nordunet	653	-
Iplanrio	219.733	-
Indiana University	3.162	-
Osia	6.551	-
Processo Judiciário	2.992	-
Giga	53	-
	<u>14.309.895</u>	<u>10.528.065</u>

17. Receita de convênios--Continuação

A receita de convênios é a forma pela qual a RNP busca alavancar recursos adicionais que servem tanto para estender projetos em curso quanto para atender aos conveniados em serviços de rede ou complementar a infraestrutura própria destinada à integração de novas organizações e novas comunidades. Com isso, propicia o aumento da base de clientes, diminuindo a vulnerabilidade da RNP em relação ao Contrato de Gestão como único e grande cliente.

18. Despesas gerais e administrativas

	2011	2010
Serviços profissionais e contratados - PJ	44.397.588	79.054.968
Viagens	5.481.251	5.011.477
Consumo de materiais e produtos	3.919.498	2.730.019
Ocupação	1.555.186	1.521.980
Utilidades e serviços	903.467	728.283
Outras despesas	6.051.152	46.572.280
	<u>62.308.142</u>	<u>135.619.007</u>

19. Transações com partes relacionadas

Remuneração e pessoal-chave

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a remuneração total dos diretores da RNP foi de R\$ 981.996 (R\$ 825.283 em 2010). A Associação não concede benefícios pós-emprego ou outros de longo prazo para os seus diretores e colaboradores.

A Alta Administração da Organização é composta por seu Conselho de Administração (Dirigentes). Os Conselheiros e seus suplentes não percebem remuneração alguma por parte da RNP.

20. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2011 os ativos da RNP estavam segurados contra sinistros pelo valor total de R\$ 337.466 (R\$ 378.466 em 2010), compreendendo seguro de riscos diversos de equipamentos (roteadores, servidores e outros) no valor de R\$ 288.341 e de notebooks no valor de R\$ 49.125 (R\$ 321.939 e R\$ 56.527 em 2010, respectivamente).

21. Instrumentos financeiros

A RNP não efetuou operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos de qualquer natureza e continua...



continuação...

seus instrumentos financeiros estão representados basicamente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar de curto prazo para os quais o valor contábil se aproxima do respectivo valor justo.

Demonstrativo do Fluxo de Caixa Financeiro do Exercício
Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa- RNP
Fim do em 31 de dezembro de 2011
Acompanhado do Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa- RNP
Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre o Demonstrativo do fluxo de caixa financeiros
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Índice

1. Introdução.....	1
2. Objetivo da revisão	2
3. Extensão do trabalho.....	2
4. Limitação de escopo.....	2
5. Principais procedimentos de asseguração limitada adotados.....	3
6. Outros procedimentos adotados.....	5
7. Conciliação dos saldos contábeis e financeiros.....	6
8. Conclusão.....	7
Anexo I - Demonstração do fluxo de caixa - Contrato de Gestão.....	8

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa- RNP
Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes sobre o Demonstrativo do fluxo de caixa financeiros
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011
Aos Administradores e Acionistas da
Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP
Rio de Janeiro - RJ

1. Introdução

Por se tratar de um serviço especial de asseguração limitada, ressaltamos que há diferenças significativas entre um trabalho dessa natureza e uma auditoria das demonstrações financeiras com o objetivo de emitir um parecer. Este trabalho embora tenha características e objetivos específicos, não deixa de ser uma auditoria; portanto, deve respeitar as normas da profissão e, em consequência, utilizar os procedimentos aplicáveis a trabalhos dessa natureza em conformidade com a Norma NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração diferente de Auditoria e Revisão aprovada pela Resolução 1.160 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em 27 de março de 2009.

Para formar opinião sobre as demonstrações financeiras, o auditor executa procedimentos destinados a obter uma certeza razoável de que estas estão adequadamente apresentadas em todos seus aspectos significativos. Devido à natureza dos exames e outras limitações inerentes à auditoria, juntamente com as limitações próprias de qualquer sistema de controle interno, existe o risco inevitável de mesmo qualquer falsa declaração significativa passar despercebida. Contudo, qualquer indicio de que possa ter ocorrido alguma fraude ou erro que pudesse resultar em significativa falsa declaração, faria com que o auditor estendesse seus procedimentos a fim de confirmar ou não suas suspeitas.

Embora as normas acima transcritas estejam dirigidas à auditoria das demonstrações financeiras, abrangem todos os trabalhos de auditoria, inclusive serviços de asseguração limitada.

Este relatório foi desenvolvido para atender aos objetivos definidos nos termos de nossa contratação e se destina ao uso exclusivo da Administração da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP ("RNP" ou "Associação"); consequentemente, não deverá ser publicado, circulado, reproduzido ou utilizado para outras finalidades sem nossa aprovação prévia por escrito. Alertamos, ainda, que em qualquer circunstância este trabalho somente poderá ser utilizado integralmente, pois sua leitura parcial poderá levar a interpretações equivocadas.

2. Objetivo da revisão

Conforme nossa carta de contratação datada de 18 de agosto de 2011, fomos contratados para efetuar uma revisão (asseguração limitada) do demonstrativo do fluxo de caixa financeiro da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. O demonstrativo do fluxo de caixa financeiro para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi elaborado sob a responsabilidade da Administração da RNP.

Não foi parte integrante do escopo de nosso trabalho o levantamento e avaliação dos processos e controles internos da Associação que seriam requeridos, em um trabalho de auditoria com objetivo de emissão de parecer sobre as demonstrações financeiras da Associação, consoante as normas da profissão.

3. Extensão do trabalho

Nossos trabalhos foram desenvolvidos tomando por base o demonstrativo do fluxo de caixa financeiro da Associação apresentado em milhares de reais, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011; apresentado nos Anexos I e II, deste relatório de asseguração limitada.

4. Limitação de escopo

Nossos procedimentos de asseguração limitados foram limitados à documentação disponibilizada pelos administradores RNP, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, bem como discussões res-

tritas com Administração da Associação e com a área responsável pela elaboração e apresentação do fluxo de caixa financeiro da RNP.

5. Principais procedimentos de asseguração limitada adotados

5.1. Receitas

5.1.1. Recebimentos do contrato de gestão
Refere-se basicamente aos repasses de recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) para o atendimento ao plano de trabalho da RNP.

Receita do contrato de gestão 171.940
Constatamos o faturamento total do valor de R\$ 171.940 em 31 de dezembro de 2011. O principal procedimento de asseguração por nós efetuado foi:

► Confrontamos os repasses financeiros com os saldos contábeis da receita do Contrato de Gestão e a exatidão e legitimidade dos valores recebidos conforme crédito no extrato bancário.

5.2. Despesas

5.2.1. Pessoal celetista (Anexo I)
Refere-se aos pagamentos de 13º Salário, assistência médica, férias, INSS, FGTS, IR sobre folha de pagamento, rescisões contratuais, sindicatos, pensão alimentícia e outros.

Os principais procedimentos de asseguração por nós efetuados foram:
► Examinamos, em base de testes, as folhas de pagamento, relatórios de provisão de férias e 13º salário de janeiro a dezembro de 2011, bem como os respectivos pagamentos efetuados.

► Examinamos, em base de testes, as guias de INSS e FGTS de janeiro a dezembro de 2011, bem como as respectivas liquidações financeiras através extrato bancário.

5. Principais procedimentos de asseguração limitada adotados

--Continuação

5.2. Despesas--Continuação

5.2.2. Capital

Refere-se à despesa com aquisição de imobilizado e intangível no exercício de 2011.

Os principais procedimentos de asseguração por nós efetuados foram:
► Examinamos, em base de testes, notas fiscais de imobilizado e intangível adquiridos no exercício de 2011.

► Observamos, em base de testes, a saída dos recursos financeiros referentes aos pagamentos efetuados através de extrato bancário.

5.2.3. Custeio (Anexo I)

A despesa custeio é segregada em quatro tipos, sendo elas: pessoa física, custeio, pessoa jurídica e viagem.

Pessoa física refere-se aos pagamentos com estagiários, autônomos e IR sobre autônomos, entre outros.

Custeio refere-se aos pagamentos com cursos e treinamentos, adiantamentos, aluguel de imóveis, assinaturas, energia elétrica, internet, despesa com importação, INSS - obras, INSS Cooperativo, IRRF terceiros, CSLL retido de terceiros, PIS retido de terceiros, PIS/COFINS/CSLL, ICMS, pagamentos diversos entre outros.

As despesas realizadas com Pessoas jurídicas referem-se a pagamentos a serviços de comunicação e manutenção atrelados aos projetos geridos pela RNP.

5. Principais procedimentos de asseguração limitada adotados

--Continuação

5.2. Despesas--Continuação

5.2.3. Custeio (Anexo I)--Continuação

Viagem refere-se a despesas de funcionários com viagens, tais como, hospedagem, alimentação, seguro, passagem, entre outros.

Os principais procedimentos de asseguração por nós efetuados foram:
► Examinamos, em base de testes, notas fiscais referente as respectivas despesas.

► Observamos, em base de testes, a saída dos recursos financeiros referentes aos pagamentos efetuados através de extrato bancário.

6. Outros procedimentos adotados

6.1. Aplicação financeira

Referem-se às aplicações financeiras do contrato de gestão e da associação, outros projetos, e seus rendimentos auferidos nas respectivas datas. Os principais procedimentos de asseguração por nós efetuados foram:

► Analisamos, em base de testes, a movimentação das aplicações financeiras, assim como os referidos rendimentos referentes às aplicações financeiras conforme extrato bancário.

► Confronto, em base de testes, do extrato bancário com os saldos correlatos.

7. Conciliação dos saldos contábeis e financeiros

O regime de competência determina que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. Competência não está relacionada com recebimentos ou pagamentos, mas com o reconhecimento das despesas e receitas incorridas no período, mesmo com desvinculação temporal das receitas

e despesas, respectivamente do recebimento e do desembolso a longo prazo - ocorre a equalização entre os valores do resultado contábil. e o fluxo de caixa derivado das receitas e despesas, em razão dos princípios referentes à avaliação dos componentes patrimoniais.

O regime de caixa determina que receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem de fato o recebimento ou pagamento.

Apresentamos a seguir a correlação entre os principais itens apresentados nos fluxos de caixa com a demonstração do resultado da Entidade para o contrato de gestão:

	Fluxo de caixa financeiro		Demonstração do resultado	
		Variação		
Receita do contrato de gestão	171.940	-		171.940
Despesas				
Pessoal	17.445	4.968 (a)		22.413
Custeio	100.433	(45.592) (b)		69.807
Capital	2.580	303 (c)		5.697

(a) Refere-se a pagamento de férias, 13º salário, impostos, entre outros, provisionados em exercício anterior.

(b) Refere-se a contratos de curto e longo prazo os quais foram provisionados no exercício corrente.

(c) Refere-se a pagamentos antecipados de exercícios anteriores e pagamentos antecipados no exercício vigente.

8. Conclusão

Com base nos procedimentos de asseguração descritos nos itens 5 e 6, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante a ser efetuada nos demonstrativos dos fluxos de caixa financeiros da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2012
ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Eduardo José Ramón Leverone Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - IRJ 067.460/O-6 Contador CRC - IRJ 090.174/O-4

ANEXO I

Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - as demonstrações do fluxo de caixa financeiro do exercício

Findo em 31 de dezembro de 2011 para o contrato de gestão
(Em milhares de reais)
Balço resumido

	2011
Receitas	
Saldo inicial CG (01/01/11)	12.424,52
Recurso contrato gestão 1	171.939,84
Receita financeira líquida - CG	4.736,87
Transações diversas 2	4.217,08
Total receita	193.318,31

Despesas	
Pessoal	17.444,83
Custeio	100.432,70
Capital	2.580,14
Total despesa	120.457,68

Saldo 3 72.860,64
1. Repasses correspondentes aos Termos Aditivos do Contrato de Gestão.

2. Nesse item registram-se as devoluções de adiantamentos em decorrência viagens dos empregados e terceirizados bem como o acerto de pagamento efetuados aos fornecedores e aos projetos.

3. Saldo totalmente comprometido com obrigações contratuais futuras de conectividade estimado no montante de R\$ 109.000,00 para o exercício financeiro de 2012.

ANEXO I--Continuação

Cronologia dos repasses correspondentes aos termos aditivos do contrato de gestão:

continua...



continuação...

Termo aditivo	Recurso	Recebimento
16º Termo CG - 4655 - 1a parcela	6.000,00	04/01/2011
16º Termo CG - 16º TA - ITI - 1a parcela	580,27	04/01/2011
16º Termo CG - (FS) FNDCT/FINEP - 1a parcela	513,00	04/01/2011
16º Termo CG - 4172 MEC - 1a parcela	500,00	17/01/2011
17º Termo Descentralização - MEC/FNDE - 1a parcela	500,00	19/01/2011
17º Termo Descentralização - MEC/FNDE - 2a parcela	2.000,00	20/01/2011
16º Termo CG - 4655 - 2a parcela	6.000,00	21/01/2011
16º Termo CG - (FS) FNDCT/FINEP - 2a parcela	6.200,00	27/01/2010
17º TA Descentralização - FNDCT - 1a parcela	500,00	31/01/2011
16º Termo CG - 4172 MEC - 2a parcela	6.500,00	31/01/2011
16º Termo CG - (FS) FNDCT/FINEP - 3a parcela	7.000,00	01/02/2011
16º Termo CG - (FS) FNDCT/FINEP - 4a parcela	10.000,00	01/02/2011
16º Termo CG - 4172 MEC - 3a parcela	6.500,00	01/02/2011
16º Termo CG - 4172 MEC - 4a parcela	6.500,00	01/02/2011
17º Termo Descentralização - MEC/FNDE - 3a parcela	2.000,00	01/02/2011
16º Termo CG - 4655 - 3a parcela	3.000,00	02/02/2011
16º Termo CG - 4655 - 4a parcela	3.000,00	09/02/2011
16º Termo Aditivo - Descentralização - MEC/SETEC	13.103,63	17/02/2011
17º TA Descentralização - FNDCT - 2a parcela	2.316,49	23/05/2011
17º TA Descentralização - FNDCT - 3a parcela	1.771,00	23/05/2011
17º TA Descentralização - FNDCT - 4a parcela	879,00	23/05/2011
17º TA Ação LOA 4172 MinC Descentralização	500,00	06/06/2001
17º TA Ação LOA 4172 MinC Descentralização	300,00	06/06/2001
17º TA Ação LOA 4172 MinC Descentralização	200,00	06/06/2001
17º TA Descentralização - FNDCT	7.283,51	16/06/2011
17º TA Descentralização - FNDCT	66,49	07/07/2011
17º TA Descentralização - FNDCT	12.183,51	07/07/2011
1º TA Ação 4655 - MCTi	3.600,00	27/09/2011
1º TA Ação 4172 - MCTi	9.882,61	27/09/2011
1º TA Ação 4172 - MEC	15.000,00	27/09/2011
1º TA Ação 4655 - MCTi	4.800,00	10/10/2011
1º TA Ação 4172 - MEC	15.166,67	11/10/2011
17º TA Ação LOA 4655/4172 MinC Descentralização	1.150,00	28/11/2011
17º TA Ação LOA 4655/4172 MinC Descentralização	1.650,00	28/11/2011
1º TA Ação 4172 - MEC	15.166,67	08/12/2011
1º TA Ação 4655 - MCTi	4.800,00	08/12/2011
1º TA Ação 4655 - MCTi	4.800,00	23/12/2011
Total	171.939,84	

ANEXO I--Continuação

Demonstração do fluxo de caixa financeiro do exercício Findo em 31 de dezembro de 2011 para o contrato de gestão (Em milhares de reais)

	Custeio					Total
	Pessoa Celetista	Capital	Pessoa física	Despesa operacional	Pessoa jurídica	
Janeiro	1.453,81	131,65	302,73	1.480,85	6.161,49	9.739,15
Fevereiro	1.281,44	643,87	432,26	695,68	5.357,25	8.685,25
Março	1.274,06	59,39	368,84	1.183,75	5.142,29	8.257,72
Abril	1.174,06	78,41	431,27	645,22	4.794,01	7.421,03
Mai	1.182,85	76,86	505,58	1.871,44	5.757,50	9.835,28
Junho	1.416,74	60,64	440,06	758,48	6.081,94	9.210,88
Julho	1.289,87	302,16	361,33	696,61	6.770,28	9.735,78
Agosto	1.188,58	309,63	517,30	787,18	6.980,43	10.449,53
Setembro	1.970,57	156,37	465,08	741,89	5.448,06	9.055,10
Outubro	1.443,51	131,58	450,89	1.070,77	4.903,27	8.575,48
Novembro	1.505,83	253,54	371,70	3.199,84	6.649,62	12.409,18
Dezembro	2.263,52	376,03	428,08	4.755,41	8.734,22	17.083,29
Total	17.444,83	2.580,14	5.075,11	17.887,11	72.780,35	120.457,68

ANEXO II

Demonstração do fluxo de caixa financeiro do exercício Findo em 31 de dezembro de 2011 para outros projetos (Em milhares de reais)

	2011
Balanco resumido	
Receitas	
Saldo inicial (01/01/11)	33.388,03
Convênios	7.014,64
Receitas serviços	552,60
Receita financeira líquida	2.952,32
Transações diversas	810,59
Total receita	44.718,19
Despesas	17.780,28
Custeio	14.966,32
Capital (terceiros)	2.813,96
Total despesa	17.780,28
Saldo	26.937,91

Cronologia das receitas de convênio, serviços, financeiras, bem como das transações de devoluções, adiantamentos ou pagamentos à fornecedores ou projetos com uma outra origem de recurso.

ANEXO II--Continuação

Meses	Convênios	Receitas serviços	Receita financeira	Transações diversas	Total
Fevereiro	95,07	2,05	300,26	-	397,37
Março	8,00	3,53	300,04	0,53	312,09
Abril	8,00	10,16	266,47	28,12	312,75
Mai	1.318,47	32,70	71,79	383,78	1.806,74
Junho	50,79	45,70	310,37	7,50	414,36
Julho	25,00	15,74	302,52	8,05	351,30
Agosto	1.076,23	61,33	331,36	1,65	1.470,56
Setembro	141,72	102,17	284,14	2,40	530,42
Outubro	27,18	96,01	251,80	3,43	378,42
Novembro	57,06	28,47	3,95	90,51	180,00
Dezembro	268,98	117,89	240,41	279,12	906,41
Total	7.014,64	552,60	2.952,32	810,59	11.330,16

Meses	Capital	Custeio			Total
		Despesa operacional	Pessoa jurídica	Viagens	
Janeiro	41,99	40,07	747,47	15,38	844,91
Fevereiro	580,62	40,48	776,88	28,29	1.426,27
Março	517,43	1.442,18	788,51	27,63	2.775,75
Abril	33,58	105,28	578,60	53,58	771,03
Mai	0,00	647,32	255,14	89,64	992,10
Junho	691,26	268,61	514,44	65,24	1.539,54
Julho	74,33	139,02	750,05	60,00	1.023,39
Agosto	1,94	1.092,54	796,31	71,56	1.962,36
Setembro	62,27	523,66	464,07	8,31	1.058,31
Outubro	223,02	205,44	1.128,68	62,78	1.619,91
Novembro	120,69	404,45	1.473,23	84,00	2.082,37
Dezembro	466,83	563,96	570,23	83,31	1.684,33
Total	2.813,96	5.473,00	8.843,59	649,73	17.780,28

ANEXO III

Demonstração do fluxo de caixa financeiro do exercício Findo em 31 de dezembro de 2011 para outros projetos (Em milhares de reais)

Grau de alavancagem entre o contrato de gestão e outras receitas além do contrato de gestão	
Receita financeira líquida CG	4.736,87
Outras receitas	10.519,57
Total alavancado1	15.256,44
Recurso contrato de gestão	171.939,84
Grau de alavancagem2	9%

Nota explicativa 1: Total alavancado = receita financeira do Contrato de Gestão (item 1.1)

+ somatório de outras receitas além do Contrato de Gestão (item 1.2), exceto os valores referentes às transações diversas.

Nota explicativa 2: Grau de alavancagem = total alavancado ÷ recursos do Contrato de Gestão.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/12-PP

A Comissão de Licitação torna público a revogação do presente pregão, em face de fato superveniente que enseja a reformulação do edital, conforme ato do Sr. Diretor Regional do SESC/ES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032012030200168

datado de 01/03/12 que se encontra apenas ao processo com vistas aos interessados. Novo processo licitatório, livre das causas do presente cancelamento, será aberto com vistas à contratação do objeto, em questão.

Vitória-ES, 1º de março de 2012.
ANDERSON GOMES DE SOUZA
Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL EM MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA SESC/MG Nº 4/2012

O SESC/MG - Serviço Social do Comércio - Minas Gerais, por meio da Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que promoverá licitação na modalidade Concorrência SESC/MG nº 0004/2012, cujo objeto é a contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de infraestrutura de rede

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.